



Um estudo sobre o contexto histórico do Norte de Minas no século XIX e a trajetória da profissão docente de Chiquinha Leite (c.1840-1911) ¹

A study on the historical context of the North of Minas in the 19th century and the trajectory of the teaching profession of Chiquinha Leite (c.1840-1911)

Un estudio sobre el contexto histórico del Norte de Minas en el siglo XIX y la trayectoria de la profesión docente de Chiquinha Leite (c.1840-1911)

Danilo Arnaldo Briskievicz
Instituto Federal de Minas Gerais (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7652-1959>
<http://lattes.cnpq.br/6628809867630366>
doserro@hotmail.com

Resumo

O texto estrutura-se em torno da contradição do patriarcado em relação à trajetória profissional docente da mestra da escola mista de Três Barras, Chiquinha Leite, contra o qual ela teve que lutar para se inserir na carreira do magistério, nas poucas brechas ou fendas do século XIX. Mostramos como a atuação dos homens no Senado da Câmara (administração pública), na Comarca do Serro do Frio (administração da justiça) e na paróquia de Nossa Senhora da Conceição (administração eclesiástica) alicerçou-se no sistema das mercês e no regalismo. Por outro lado, mostramos como o lugar da professora ou mestra dependia da compreensão do patriarcado e suas regras herdadas historicamente como gesto pedagógico colonial e imperial, que de fato é o método de leitura deste contexto. O estudo insere-se na tentativa de aprofundar os fundamentos da docência feminina nas Minas Gerais do século XIX.

Palavras-chaves: História da Educação. Profissão Docente. Magistério Feminino.

¹ Este artigo é resultado dos estudos de estágio de pós-doutorado realizados na PUC Minas, entre 2021 e 2022, sob supervisão do professor Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury.

Abstract

The text is structured around the contradiction of the patriarchy in relation to the professional teaching trajectory of the teacher of the mixed school of Três Barras, Chiquinha Leite, against which she had to fight to insert herself in the teaching career, in the few gaps or crevices of the XIX century. We show how the performance of men in the Senado da Câmara (public administration), in the Comarca do Serro do Frio (administration of justice) and in the parish of Nossa Senhora da Conceição (ecclesiastical administration) was based on the system of favors and regalism. On the other hand, we show how the place of the teacher depended on the understanding of patriarchy and its rules historically inherited as a colonial and imperial pedagogical gesture, which in fact is the method of reading this context. The study is part of an attempt to deepen the foundations of female teaching in Minas Gerais in the 19th century.

Keywords: History of Education. Teaching Profession. Female Teaching.

Resumen

El texto se estructura en torno a la contradicción del patriarcado en relación a la trayectoria profesional docente de la profesora de la escuela mixta de Três Barras, Chiquinha Leite, contra la cual tuvo que luchar para insertarse en la carrera docente, en las pocas lagunas o grietas del siglo XIX. Mostramos cómo la actuación de los hombres en el Senado da Câmara (administración pública), en la Comarca do Serro do Frio (administración de justicia) y en la parroquia de Nossa Senhora da Conceição (administración eclesiástica) se basó en el sistema de favores y regalismo. Por otro lado, mostramos cómo el lugar del maestro dependía de la comprensión del patriarcado y sus reglas heredadas históricamente como gesto pedagógico colonial e imperial, que de hecho es el método de lectura de este contexto. El estudio es parte de un intento de profundizar los fundamentos de la enseñanza femenina en Minas Gerais en el siglo XIX.

Palabras clave: Historia de la Educación. Profesión Docente. Enseñanza Femenina.

Recebido: 15/08/2023

Aprovado: 29/11/2023

Introdução

Francisca Leite Teixeira nasceu em Diamantina/MG, por volta de 1840. Sua vida transcorreu de maneira corriqueira no Norte de Minas – cujas principais cidades são Diamantina, Serro e Minas Novas, por se tratarem das localidades fundadas nos primeiros anos do Setecentos com sua forma de colonização dentro da economia do ouro e do diamante – como era de se esperar de uma menina de família de classe média ligada ao comércio. Estudou em boas escolas. Conseguiu seu diploma de normalista no Colégio Nossa Senhora das Dores das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Diamantina. Fez o concurso público para professora da escola mista de Três Barras, um povoado entre Diamantina e Serro e passou em primeiro lugar, seguindo as premissas do edital. Colocou sua escola por volta de 1884 e nela permaneceu até cerca de 1901. No total 17 anos de regência escolar no pequeno povoado mineiro. Ela ensinou para seus alunos as primeiras letras e matemática elementar. Escrever, ler e fazer contas, essa era a missão da sua escola. Depois de se afastar da escola de Três Barras, foi morar no Itambé e comprou uma fazenda de 80 alqueires em Casa de Telha. Seu último registro documental é de 1911, ano provável de sua morte. Não teve filhos. Não se casou. Seu testamento não foi localizado em arquivos públicos.

O duplo olhar sobre Chiquinha Leite – a vida pessoal e a vida profissional escolar – se soma à outra dimensão histórica fundamental que era determinar o impacto da economia do ouro e do diamante, do sistema das mercês e do sistema do padroado, típicas heranças do gesto pedagógico colonial e imperial² na sua mobilidade social. A pergunta que nos guiou era apenas uma: como Chiquinha Leite através de seu cargo de professora pública operou a transformação de sua própria condição social e alcançou certo protagonismo educacional e comercial no Norte de Minas ao final do oitocentos?

Chiquinha Leite viveu numa sociedade patriarcal que aparentemente se abria para a participação da mulher no mercado de trabalho. Mas sabemos que a instrução pública não era uma profissão qualquer, posto que era um espaço de debates sobre a moralidade pública, sobre o projeto de nação brasileira ou mesmo de formação dos filhos da elite comercial e política do Norte de Minas. Chiquinha Leite teve que provar adequação ao sistema patriarcal presente na concepção de ensino, especialmente o de primeiras letras ou alfabetização. Exigia-se da mulher, da mestra, da regente de classe o cuidado com o ensino e o sentimento feminino maternal para lidar com as crianças. Essa mística da identidade feminina docente era permeada de patriarcalismo. Professora, desde que moralizada, cuidadora e afetuosa. Assim se deu a “chamada feminização do magistério” (FARIA FILHO et al., 2005, p. 53) no século XIX.

² Segundo Briskievicz (2021, p. 2), “o gesto pedagógico colonial ou imperial – quem ensina e como ensina, quem aprende e como aprende – trata-se de um instrumento de análise das relações políticas e educacionais, individuais e coletivas; é uma forma de se contar a história colonial brasileira, a mineira e a serrana, tendo-se como pressuposto teórico o dinamismo das relações de ensino e aprendizagem. Quem ensinava e desejava fazê-lo utilizava-se de mecanismos ou dispositivos de poder que autorizavam ou desautorizavam seu discurso e sua prática”. O autor prossegue na p. 5: “Dessa forma, em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduzem e expressam quem se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais”.

Contudo, Chiquinha Leite soube atuar nas fendas da sociedade patriarcal do Norte de Minas oitocentista. Fendas provisórias e muito bem vigiadas³. Nada fácil conviver com tantas tradições. Um longo passado colonial e imperial pesava sobre a vida das mulheres. As cidades, distritos e povoados do Norte de Minas eram controlados por políticos influentes – muitos herdeiros da mentalidade dos “homens bons” do setecentos, conectados ao governo central do Rio de Janeiro em disputa constante entre os partidários liberais (luzias) e conservadores (saquaremas). Estes políticos eram representantes diretos dos comerciantes do “Empório do Norte” – como era referida a cidade de Diamantina por suas elites nos jornais locais. O “Empório do Norte” não era apenas uma cidade, mas a ponta visível de uma gigantesca rede comercial invisível para olhos descuidados, cujas ramificações atravessavam o Atlântico Sul – escravos eram trocados por cachaça e tabaco na África para abastecimento das minas de ouro e diamantes –, e o Atlântico Norte – todo tipo de quinquilharia era importada da Europa, especialmente da Inglaterra e de Portugal para abastecer o comércio e dar um ar de modernidade e cosmopolitismo. Por trás da política liberal ou conservadora e do comércio de ponta, a sustentação provinha da economia do ouro e do diamante.

É assim que pretendemos contar parte da história da professora Chiquinha Leite no Norte de Minas a partir das sociabilidades do século XIX, ou seja, traçando um perfil do contexto da região serrana no século de seu nascimento e instrução para o magistério público em sua escola em Três Barras. Para isso, apresentamos um panorama onde se desenvolveu a economia do ouro e do diamante e como este contexto influenciou sua atuação e trajetória de vida, em especial por conta do patriarcado.

O passado colonial brasileiro reverberava, ainda, na vida dos homens e mulheres nascidos entre a constituição de novas formas de poder e de autoridade coloniais do Primeiro Reinado (1822-1831), as incertezas do período regencial (1831-1840) e a formação do Segundo Reinado (1840-1889).

A professora Chiquinha Leite nasceu no período da história do Brasil de profundas mudanças e visíveis continuidades entre do gesto pedagógico colonial e a formação de um outro gesto pedagógico imperial, entre as sociabilidades constituídas quando o povo ainda era colonizado pela metrópole portuguesa e uma população governada por um novo imperador que havia dado um grito de independência e de autogoverno, criando novas relações de poder e de autoridade. A novidade espalhou-se pelas serranias, este imenso território entre a Serra do Espinhaço e Itacambira, onde se instalou o centro político na antiga Vila do Príncipe, atual cidade do Serro, da antiga Comarca do Serro do Frio, agora apenas Comarca do Serro, e da vila e cidade de Diamantina, antigo arraial do Tijuco.

Compreender a herança do gesto pedagógico colonial na vida das pessoas do Brasil independente a partir de 1822 e o período imperial posterior é um exercício de reconstituição das possibilidades de se viver em sociedade formando a partir do cotidiano as redes de sociabilidades, em que as vidas reais e suas trajetórias estavam emolduradas por acontecimentos

³ Segundo Faria Filho et al., (2005, p. 57) “os dados estatísticos nos mostram que, a partir da década de 1860, há um rápido crescimento do número de mulheres no magistério. Isso parece estar relacionado a vários fatores: às políticas educacionais que passam a considerar cada vez mais legítima e, às vezes, desejável a presença das mulheres na escola pública; ao aumento do número de meninas matriculadas e frequentes na escola pública; às transformações na cultura escolar, fazendo com que esta se torne cada vez mais refratária à presença masculina na sala de aula; à diminuição da idade média do alunado, devido à produção de constrangimentos pedagógicos/morais/culturais à mistura de alunos de diversas idades na mesma sala de aula e, ao mesmo tempo, com a criação de oportunidades de aulas noturnas para jovens e adolescentes trabalhadores”. Os autores prosseguem (p. 58): “durante o processo de escolarização do século XIX, foi sendo construída a ideia de que as mulheres deveriam entrar para o magistério. Tal questão está, por um lado, claramente relacionada à presença, ou não, das meninas no universo escolar. Assim, se em 1839 havia 598 meninas frequentes nas escolas para o sexo feminino, em 1885, as meninas já somavam 7.274, fenômeno que traz mudanças significativas para a composição do magistério primário uma vez que, em regra, apenas mulheres podiam dar aulas para as meninas, embora nas escolas”.

políticos, econômicos, culturais e educacionais. Entre o passado colonial e o Brasil imperial, começou a trajetória de vida da mestra Chiquinha da Silva.

Objetivamos explicitar as continuidades históricas das serranias, pois ninguém nasce sem herdar algo do passado. Quais eram, então as estruturas ou pressupostos do gesto pedagógico colonial que ainda permaneciam nos novos tempos imperiais? Para alcançar resposta satisfatória, precisamos recordar e recontar histórias da administração deste espaço e reconstituir suas relações de poder a partir dos “homens bons” do Senado da Câmara e dos ouvidores-gerais da Comarca do Serro do Frio, além de explicar a autoridade dos padres da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Assim, expomos as bases do gesto pedagógico colonial ainda vigentes no império: a distribuição dos privilégios pelo sistema das mercês, as relações entre a Coroa e a Igreja no sistema do padroado real e uma das práticas sociais mais presentes nestas sociabilidades, o padroado.

Senado da Câmara: espaço e poder nas serranias

A herança do conjunto das sociabilidades do século XVIII chamada por nós de formação e perpetuação do gesto pedagógico colonial fazia-se sentir ainda no ano de 1828, quando o antigo Senado da Câmara da Vila do Príncipe, extinguiu sua forma tradicional de eleições ordinárias por pelouro e extraordinárias por barrete. O jeito de fazer política ainda era baseado em estruturas coloniais, em franca transformação devido aos intensos processos vivenciados no cotidiano dos moradores das serranias por conta da independência brasileira e todas as suas consequências práticas para o povo e suas lideranças políticas locais.

A tradição política do gesto pedagógico colonial e suas sociabilidades havia sido iniciada em 29 de janeiro de 1714, no ano de instalação oficial do concelho serrano, através da primeira vereação do Senado da Câmara pelos “homens bons” e findou em 1828 com a publicação da lei de sua extinção e criação das Câmaras Municipais. Durante o período de existência do Senado da Câmara – de 1714 a 1828 – as relações de poder e de autoridade conheceram importante instituição pública que, de certa maneira e ao seu modo, ordenou a coesão social da vila, da comarca e da paróquia. O jogo político tinha suas regras explícitas ou subentendidas, com resistências e aceitações, algumas desobediências e muita servidão. As sociabilidades foram constituídas em torno do poder, um fenômeno político microfísico⁴, capilarizado, reproduzido ou negado na vida privada e na vida pública.

Formou-se a partir de 1714 a tradição legislativa do Setecentos dos “homens bons” assumirem anualmente em eleição por sorteio dos nomes indicados para a administração do corpo político da vila serrana e de seu termo como primeiro e segundo juizes, três vereadores e um procurador do ano extinguiu-se com a Lei Geral de 1º de outubro de 1828. O Senado da Câmara tornou-se Câmara Municipal. A eleição por pelouro e barrete passou a ser direta, em colégios eleitorais com homens qualificados.

As mudanças políticas serranas do século XIX apresentaram seu caráter conservador no dia a dia da população. Não houve rupturas drásticas. O novo contexto político exigiu habilidade diplomática para recolocar antigas peças – os “homens bons” – no novo xadrez político nacional agora como vereadores eleitos pelo voto popular. Uma transformação política que se fez com a realocação dos antigos mandatários do poder.

⁴ O poder não é algo vago, abstrato, ideal, antes está onde há seres sociais, constitui-se historicamente, devendo ser analisado a partir de seus instrumentos – institucionalizados ou não – das formas de controle do corpo, de como ele é disciplinado em seus gestos mais banais, em suas atitudes corriqueiras, em seus comportamentos aceitos ou marginais, em seus discursos explícitos ou silenciados. Para além do estado enquanto instituição social de poder, de autoridade e de repressão e punição de comportamentos criminosos, Foucault destaca a capilaridade microscópica do poder, constituído em micropoderes de níveis moleculares, em multiespaços de relações sociais. Ver: Foucault, 2017.

De fato, desde a chegada e instalação da família real ao Rio de Janeiro em 1808, as alterações no cotidiano político da vila serrana se fizeram sentir. A família real não mais vivia em Lisboa, em além mar, em remoto encastelamento no distante reino de Portugal. Agora, o complexo e funcional sistema das mercês – que operava na distribuição dos privilégios reais aos “homens bons” desde 1702, com a distribuição de patentes e provisões, datas e sesmarias selando pactos de bons serviços dos vassallos à Coroa portuguesa –, podia ser acessado pela elite serrana diretamente com o príncipe regente Dom João ou seus funcionários intermediadores.

A família real portuguesa em fuga por conta do bloqueio continental ordenado pelo imperador da França Napoleão Bonaparte passava por crise crônica. Dona Maria I, a rainha por direito, acabou interdita pelo próprio filho que assumiu a Coroa, e se tornou rei com a morte da mãe em 20 de março de 1816, e necessitou assinar acordos de cooperação favoráveis à Inglaterra, sua nação protetora e principal parceira comercial, como por exemplo, o tratado de abertura dos portos às nações amigas. A Inglaterra, principal nação afetada pelo bloqueio continental napoleônico, era a maior e mais presente nação amiga da Coroa portuguesa, operando diretamente agora no Brasil.

A crise institucional, política e econômica da Coroa portuguesa, desalojada de seu território metropolitano para a sua colônia tropical, criou uma efervescência social no Rio de Janeiro que chegou como espírito modernizador na antiga Vila do Príncipe, com novos arranjos da sua elite política e econômica.

O fim do pacto colonial decretado pelo extinção do monopólio industrial português abriu novas perspectivas de modernização dos costumes pelo acesso aos produtos industrializados europeus: a livre concorrência trouxe uma nova realidade para as lojas de quinquilharias, de tecidos e sapatos da Vila do Príncipe, agora ainda mais integrada ao mercado internacional de mercadorias, principalmente aquelas comercializadas com casas comerciais do Rio de Janeiro, abarrotadas de produtos ingleses; estabeleceu renovadas relações políticas locais e nacionais; criou o ambiente propício com enormes possibilidades de ganhos financeiros, especialmente pelo fato das mudanças não terem abalado a estrutura da economia brasileira, mineira e serrana, ou seja, o trabalho compulsório alicerçado na escravidão africana.

Vejamos o caso da publicação do alvará de liberdade industrial, assinado no dia 1º de abril de 1808 pelo príncipe regente Dom João. O alvará alforriou a indústria brasileira colonial e permitiu o estabelecimento de manufaturas e indústrias em território nacional. Na Vila do Príncipe, o maior impacto que se pôde perceber neste contexto de liberações produtivas e comerciais foi a possibilidade de implantação da experiência das tipografias ou gráficas artesanais. Por conta do pacto colonial, de 06 de julho de 1747 até a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 08 de março de 1808, as tipografias ficaram proibidas e inativas no Brasil. Isso mudou radicalmente com o decreto de 13 de maio de 1808 que instituiu a Imprensa Régia no Rio de Janeiro, com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* cujo primeiro número saiu em 10 de setembro daquele mesmo ano. Segundo Briskievicz (2002, p. 12),

Com a presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro o reino viveu dias de liberdade de imprensa. O que antes fora um período de censura, medo de perseguição, ausência de notícias impressas, se transformou num período de intensa produção da imprensa periódica. A arte da tipografia conheceu seu alvorecer, seus anos de juventude, tão esperados. [...] Depois da criação da Imprensa Régia, surgiram no Brasil as seguintes tipografias: na Bahia (1811) – Manuel Antônio da Silva Serva; em Recife (1815) que só funcionou em 1817 durante a Revolução e após 1821; no Maranhão e Pará em

1821; na Paraíba em 1836; em São Paulo e Rio Grande do Sul em 1827; Santa Catarina e Alagoas em 1831; Rio Grande do Norte e Sergipe em 1832; Espírito Santo e Mato Grosso em 1840; Piauí em 1816 e Ceará em 1824. Portanto, a arte da tipografia conheceu a censura, a punição e a proibição até a chegada de Dom João VI ao Brasil, devendo-se historicamente, ao Decreto Real de 06 de julho de 1747, a inexistência das experiências da imprensa escrita no território brasileiro por medo de severas punições. De outro lado, após sua permissão, a arte da tipografia foi de um rápido progresso, em grande parte pelo caráter criativo do brasileiro, adaptando-se às condições limitadoras daquele tempo como ausência de tipos fundidos, máquinas e papel a preços elevados e a inexistência de experiências anteriores.

A implantação das tipografias oficiais e não oficiais demonstra como a abertura comercial brasileira passou a impactar o cotidiano das pessoas. Na Comarca do Serro do Frio, por exemplo, as pequenas oficinas tipográficas começaram a funcionar em 1828, quando no arraial do Tijuco foi impresso o *Eco do Serro* em 20 de maio, seguido do *Liberal do Serro* no Itambé pelo ourives Geraldo Pacheco de Melo, serrano, no segundo semestre, e o mais famoso deles, o *Sentinela do Serro*, de Teófilo Ottoni, em 1830. Mais jornais, mais informação, mais discursos contrários ao governo; mais esforço do governo em reafirmar sua autoridade e centralidade nos processos políticos. Esta talvez seja a marca principal da imprensa pós-abertura industrial ou comercial brasileira, a possibilidade de fazer correr rapidamente entre as vilas, arraiais e povoados, o descontentamento popular das mais variadas vertentes e mesmo a defesa das medidas do governo no Brasil independente pós-1822. A imprensa demandava a importação ou produção local de papel, de máquinas, de tipos móveis, de tinta, de um sistema de correios eficiente. Produzir jornais era uma forma de desobediência civil organizada e de exercício da liberdade política pela ação no espaço público. Não por acaso, o político e jornalista serrano Teófilo Ottoni (1807-1869) se projetou no cenário mineiro e nacional pela capacidade de escrever sua indignação contra vários atos do governo em seu jornal e em série dos artigos publicados e republicados pelos jornais da época.

O governo de Dom João instalado no Rio Janeiro (1808-1822) publicou leis, decretos e alvarás que modificaram o cotidiano dos antigos “homens bons” da Vila do Príncipe. Tudo se modificava por força da lei. A passagem da família real pelo Brasil modernizou muitos costumes, a política e a economia. Uma vez modernizada as novas sociabilidades brasileiras, não tardou que o retorno do rei para a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em Lisboa provocasse nas elites locais o real desejo pela independência ou autogoverno. De certa forma, a permanência da realeza portuguesa nos trópicos ensinou de forma pedagógica como se governava e como um autogoverno poderia ser mais interessante para as elites nacionais. O pacto político dessas elites orbitou em torno da manutenção da monarquia portuguesa, com a economia ainda centrada no comércio escravista. Os novos pactos pelo poder afetaram o cotidiano da Vila do Príncipe e de sua administração pelo Senado da Câmara. Muitas novidades em tão pouco tempo exigiram novos arranjos locais. O argumento da decadência do ouro das minas e depois dos diamantes no Distrito Diamantino praticamente não era mais usado como argumento para a pouca visibilidade das elites serranas.

O discurso foi se alterando para a decadência moral dos costumes. Para isso, uma solução apresentada era o investimento na instrução pública de qualidade, tendo como parâmetro a cidade do Rio de Janeiro. Além de escolas financiadas com o dinheiro do governo, os serranos exigiam maior participação política nas decisões que afetavam seu cotidiano.

Assim, no dia 7 de setembro de 1822, o filho de Dom João VI, o príncipe Dom Pedro gritou em alto e bom som – talvez o que ficou escrito seja mais contundente que a representação iconográfica do grito do Ipiranga – a independência brasileira. Um novo governante para o recém-criado Império do Brasil. Novo governante – ou um governante antigo posto que era legitimamente o sucessor do trono português – com a mesma ancestralidade. Mudaram-se os nomes, mantiveram-se os arranjos políticos e econômicos de antes.

A justiça nas serranias: a Comarca do Serro do Frio

A Vila do Príncipe havia conquistado o posto de capital da Comarca do Serro do Frio em 1720. Por conta desse privilégio, os oficiais do Senado da Câmara eleitos anualmente conviveram com os ouvidores-gerais, normalmente formados em Cânones pela Universidade de Coimbra. Os escrivães do concelho eram repreendidos severamente nas correições anuais dos ouvidores nos livros de vereações do Senado da Câmara. Segundo Silva (1928, p. 72-73), uma correição foi realizada na Vila do Príncipe nos dias 20 e 21 de dezembro de 1790. Não temos mais este livro em arquivos públicos. Por isso, a transcrição deste memorialista serrano é importante para entender duas coisas: a primeira é que uma correição no ano seguinte à Conjuração Mineira era uma demonstração de autoridade do Senado da Câmara em relação à Coroa portuguesa, afirmando sua submissão aos reis portugueses; a segunda é que em meio às devassas da rebelião dos “homens bons” e depois da prisão do padre Rolim, fez-se necessário confirmar que na Vila do Príncipe estava tudo na mais perfeita ordem, que havia garantia absoluta do sossego do povo. Assim, se lê:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1790, aos 20 de dezembro, nesta Vila do Príncipe e casas da Câmara onde se achava o Dr. Joaquim Antônio Gonzaga do Desembargo de sua majestade fidelíssima, ouvidor-geral e corregedor desta comarca, com o juiz atual, vereadores e procurador do ano, abaixo assinados, para o efeito e audiência de correição do presente ano e prover o que for necessário em conservação do bem público e utilidade dos povos, segundo o Regimento e Interrogatórios como adiante se seguem. E logo pelo mesmo ministro foi perguntado aos oficiais da Câmara:

De quem é esta Vila? Ao que responderam que era da rainha, Nossa Senhora, a quem Deus guarde.

Há na Vila Paços do Concelho e estes precisam reforma? E responderam que havia paços do Senado, não precisando de reformas por já as ter feito.

Há na vida foral e confirmado por sua majestade? Que não havia.

Há na Vila algum patrimônio? Responderam que não; que houve uma sesmaria outrora apenas concedida; mas nem foi medida, nem confirmada.

As rendas do Concelho crescem ou diminuem? Houve diminuição, pois ninguém na praça ofereceu mais.

Os Paços do Concelho pagam algum tributo ou foro? E responderam que não pagam nem tributo nem foro, por que não reconhecem outro senhorio senão sua majestade fidelíssima, a quem Deus guarde.

Nesta Vila há Posturas para o bom regimento da República e delas alguma há que necessite de reformar? Responderam que faltam taxas de salário a médicos e aos cirurgiões vindos de fora e, a este respeito requerem provimento nesta correição.

Há na Vila padrão do Concelho e este se acha conferido? E responderam que havia padrão conferido com o de Vila Rica e com o de Sabará.

Nesta Vila se fazem as festas determinadas por sua majestade? Responderam que todo os anos são feitas quatro festas do Senado: Anjo Custódio, Santa Isabel, Corpo de Deus e da padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Nesta Vila há necessidade de pontes, fontes, calçadas? E responderam que ela necessita de tudo isto, mas cuidam de suas obrigações e agora tomaram muitas providências a respeito de chafarizes públicos.

Há nesta Vila pessoas poderosas que inquietem a república? Responderam que todos vivem em paz e não há quem faça inquietação ao público.

A cadeia da Vila precisa de consertos? Responderam que têm feito alguns consertos, os possíveis e não podem fazer mais - que é fazer nova obra.

E mais não foi perguntado. Compareceu o escrivão e requerei ordem ao Senado para que se não passasse recibo algum senão nas costas da licença dada a mercadores oficiais, etc. arbitrando-se ao escrivão uma respectiva propina. E por nada mais haver... etc.

A correição anteriormente transcrita foi realizada pelo ouvidor-geral da Comarca do Serro do Frio, apesar de não haver seu nome citado pelo Dr. Dario. É que as perguntas são “externas”, ou seja, provêm de alguma autoridade que aparentemente não conhecia o cotidiano da Vila do Príncipe e de seu Senado da Câmara. Pode ser que as perguntas tenham chegado por algum bando do governador da Capitania de Minas Gerais com exigência de remessa para a capital em Vila Rica ou mesmo para Lisboa. Fato é que a pergunta sobre se havia pessoas poderosas ou “homens bons” inquietando a república era diretamente destinada ao reconhecimento por parte dos oficiais de algum outro conjurado prestes a cometer o crime de lesa majestade. A correição possui três temas centrais: apuração dos rendimentos do concelho, o andamento do funcionamento da cadeia e as possibilidades reais de algum “homem bom” cometer a desobediência civil ou insubmissão à Coroa portuguesa. Depois da Conjuração Mineira, a Coroa portuguesa andava com receio de um novo levante.

Na comarca serrana eram comuns os Auditórios, uma espécie de audiência em fórum com os litigantes da justiça, momento em que os ouvidores-gerais ouviam os advogados e davam suas sentenças. Os oficiais do Senado da Câmara e os ouvidores-gerais eram os “homens bons” mais poderosos da comarca serrana e de seu termo, por que por trás deles havia um capilarizado sistema policial fiscalizador distribuído no seu extenso território. Administrar era distribuir cargos públicos para os “homens bons” dos povoados e arraiais para que eles ajudassem na rápida disseminação da sua autoridade. De fato, no Setecentos, o termo da vila coincidia com o termo da comarca (ambos derivados da demarcação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, criada em 1713).

A Comarca do Serro do Frio se fez conformada em torno da Vila do Príncipe. Não podia ser de outra forma, seguindo o modelo de ocupação territorial português. A comarca serrana originalmente surgiu do desmembramento da Comarca de Sabará, localidade de onde vieram os bandeirantes paulistas descobrir as minas do Serro do Frio em 1702. Para se ter uma noção da extensão territorial da comarca serrana, basta lembrar que seus limites iam do rio Cipó desde a nascente até entrar no Paraúna, descia por este até entrar no rio São Francisco, que descendo ia até o rio Carinhanha, e seguindo, dividia pelo lado direito com a Bahia, pelo rio Verde à pouca distância do arraial de Matias Cardoso, depois dividia com Caeté pelo rio do Peixe, passando pelo rio do Itambé do Mato Dentro, desde sua nascente até entrar no rio Preto, até entrar no rio Tanque que dá no rio Santo Antônio, que abaixo dá no rio Doce, na divisa da capitania do Espírito Santo. Isso foi na época do primeiro ouvidor-geral da comarca, Antônio Rodrigues Banha, na primeira metade do setecentos.

A Resolução de 30 de junho de 1833 em seu artigo 2º, §6º, pôs fim à antiga Comarca do Serro “do Frio”. Assim, a província de Minas Gerais foi dividida em nove comarcas, vinte e seis termos e dois julgados. A nova e remodelada Comarca do Serro compreendia a Vila do Príncipe, a Vila Diamantina e Curvelo. Depois deste primeiro desmembramento, a comarca foi sucessivamente sendo repartida para benefício dos habitantes e agilidade da justiça.

Por certo, a antiga comarca serrana só pôde ser desmembrada e sucessivamente dividida por conta de sua enorme e difícil extensão territorial. No cotidiano dos habitantes da Vila do Príncipe, da Comarca do Serro do Frio e da paróquia de Nossa Senhora da Conceição a extensão do território tornou-se um grande problema para a modernização ao final do século XIX, por ocasião do ideário republicano instaurado em 1889. Se por um lado uma população maior garantia lucros comerciais, por outro, era praticamente inviável um projeto de mudança de mentalidade imperial para outra, republicana. Como mudar a mentalidade de uma população tão heterogênea, distanciada da urbanidade da antiga vila serrana onde se formou o jeito barroco serrano de ser?⁵

⁵ Temos demonstrado esse conceito em vários estudos. Ver: Briskievicz, 2020a, p. 451-452; 2020, p. 25-26; 2021. O jeito barroco serrano de ser é o modo específico de ser, pensar e agir daquela sociedade em relações de poder simbólico reproduzidas pelas instituições sociais, como a escola, por exemplo. Compreendemos o termo jeito barroco serrano de ser como um conjunto de comportamentos econômicos, sociais, familiares, religiosos, artísticos e políticos vivenciados e reproduzidos por cada indivíduo na Vila do Príncipe, no século XVIII e que constitui a sua identidade cultural e sua forma de autorreferenciar-se na comparação com outros jeitos de ser de outros lugares. Barroco é entendido como a divisão moderna da existência do indivíduo no mundo comum em que este modernamente se encontra fragmentado entre duas dimensões e entre elas oscila na sua apreensão e compreensão do mundo: o mortal e o imortal, o finito e o infinito, o privado e o público, o secular e o religioso, o bem e o mal, a verdade e a mentira, a cidade de Deus e a cidade dos homens, a luz e a sombra, a sabedoria e a ignorância, o livre e o cativo, o masculino e o feminino. O jeito barroco serrano de ser na educação diz respeito à reprodução dessa forma de ver o mundo nos espaços de letramento e escolarização.

Sabemos pelos jornais da época e também pelos documentos de câmara que a elite oligárquica serrana tinha uma proposta de modernização bem clara, provavelmente advinda da mentalidade positivista de Auguste Comte adaptada ao contexto nacional pelos republicanos históricos. O mais importante para a história serrana foi João Pinheiro da Silva, que se tornou presidente do estado de Minas Gerais e liderou o movimento modernizador a partir da capital mineira, Ouro Preto. Junto à perspectiva de certo progresso industrial, comercial e educacional⁶ para o norte de Minas Gerais, em que a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes europeus, aliada à modernização da agricultura e à construção da ferrovia Vitória-Serro (que jamais lançou sua fumaça pelos trilhos do Serro, chegando até Diamantina apenas), poderia criar um novo cenário favorável para a mesma elite oligárquica tradicional serrana. Modernização com promessa de lucrativos negócios.

No entanto, os reformadores republicanos do Serro estavam com grande problema para resolver. A modernização como projeto político-econômico necessitava de adesão pública numa comarca que passava por constantes transformações e desmembramentos, como vimos anteriormente. Coesão social em torno do novo ideário republicano era necessária. As reformas precisavam chegar ao cotidiano dos habitantes, mas milhares deles apenas recentemente se tornaram egressos da escravidão (1888), a maioria dos homens e mulheres era analfabeta em todas as classes sociais, sem escolas ou aulas públicas próximas de suas casas. Era muito desejo de modernização, num território gigantesco, com cidadãos espalhados distanciados da sede municipal onde as ideias fervilhavam. O entrave básico era a ineficácia do transporte. Somente com uma modernização das estradas e com novos recursos de comunicação seria possível agilizar as reformas e a chegada dos novos ventos republicanos aos mais recônditos lugares. Outro entrave era o acintoso anticlericalismo republicano herdado do positivismo comtiano. Os padres estavam, em sua maioria, unidos contra a república. A estratégia a longo prazo seria transformar o poder eclesiástico do padroado real treinado durante séculos em chegar aos mais recônditos lugares onde houvesse um devoto em torno de uma capela, em poder da instrução pública. Como substituir o poder das capelas pelo poder das escolas se estas não haviam sido colocadas no centro do ideário imperial? Uma tarefa árdua para os republicanos que se estendeu por todo o século XX e, apesar dos avanços, ainda há muito o que ser feito.

O padroado nas serranias: a paróquia de Nossa Senhora da Conceição

O padroado real foi, juntamente com o sistema das mercês, um dos pilares de sustentação da colonização portuguesa na Capitania de Minas Gerais nas minas do Serro do Frio, sua vila, sua comarca e sua paróquia. Trata-se de um sistema de distribuição de privilégios reais aos bispos administradores das dioceses e aos padres, em especial aos párocos ou vigários, proprietários vitalícios nomeados pelos bispos com aval da Coroa ou do Império para suas freguesias. Com o regalismo, outro nome do padroado real, o pagamento das cômguas anuais impulsionaram a adesão dos homens livres ao sacerdócio no século XVIII e XIX, somadas às conhecenças, cobranças de taxas paroquiais que ajudavam e muito no aumento exponencial dos rendimentos dos vigários.

⁶ No período imperial brasileiro, a instrução pública pautava-se pela pedagogia da moralidade. Assim, segundo Castanha (2017, p. 22), “a classe senhorial impunha a ideia de interesse nacional e moralidade pública” para justificar “uma ação severa do estado frente aos interesses particulares de alguns proprietários e, sobretudo, diante da ameaça dos pobres livres e escravos”, em que se difundia uma “ideologia da ordem e civilização”. A recém-criada república brasileira continuou investindo em projeto elitista, centralizador e civilizador por meio da instrução pública, mas seu discurso hegemônico apresentou-se em oposição ao antigo, atrasado e velho, realçando uma pedagogia da novidade com seu aspecto inovador, modernizador, progressista, criativo e industrial. É que segundo Fausto (2001, p. 246), “progresso significava [...] a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações”. Ver: Calvi e Machado, 2003; Saviani et al., 2017.

Na parceria entre a Igreja e a Coroa portuguesa (até 1822) e o imperador do Brasil (até 1889), formou o que podemos chamar de gesto pedagógico colonial eclesiástico. Este gesto pode ser classificado em sua forma popular (senso comum e formação das sociabilidades) e institucional (regimental, documental ou legal derivadas da mentalidade tridentina contrarreformista e centrados na catequese, administração dos sacramentos, nas festas populares e nos sermões) de lidar com a política a partir do estabelecimento dos poderes paroquiais para os vigários (proprietários de “terras” onde moravam os seus fregueses com direito às conhecenças e seus coadjutores, capelães e sacristães).

De maneira geral, o gesto pedagógico colonial eclesiástico serrano era ensinado e aprendido cotidianamente, em família, na igreja, nas irmandades, nas ruas, nas estradas, no comércio e serviços. Este gesto resultou das redes variadas de sociabilidades serranas. É que a educação formal (pode ser a escolar ou algo que lhe seja semelhante, como as aulas particulares ou aulas públicas) e não formal (ou não institucional ou espontânea) e a política oficial do estado e sua relação com o povo constituindo um senso comum são gestos pedagógicos coloniais acionados prioritariamente pelos portugueses em contato constante com múltiplas culturas, propiciando um vasto processo de assimilações e aculturações únicos, conhecidos historicamente como a formação do povo brasileiro, e por extensão do povo que se fez mineiro e do povo que se tornou serrano. A educação – ou ser civilizado – num primeiro momento pode ser definida genericamente como capacidade de entender as ordens alheias, os comandos de outra pessoa (autoridade oficial, familiar, religiosa, etc) e ajustá-las ao cotidiano da própria existência, suprassumindo este ordenamento de fora para dentro, do mundo exterior para a interioridade do sujeito.

Mesmo depois da independência brasileira em 1822, a herança colonial de suas sociabilidades baseadas no gesto pedagógico colonial eclesiástico não foi abalada, tornando-se naturalizada até que o anticlericalismo positivista e republicano colocou em questão as ligações entre a Igreja e o Estado. Somente depois dessa dissolução formal do padroado em 1889 é que podemos falar da efetiva separação entre a religião católica e os governos brasileiros. Contudo, a coesão social em torno da autoridade moral dos vigários parece perpetuada Brasil afora ainda nos dias atuais. Uma permanência de longa data ainda reverberada no cotidiano das cidades brasileiras.

O Serro conformou seu território ao mesmo tempo que constituiu sua malha eclesiástica no século XVIII e XIX. De fato, a Igreja católica foi parceira na colonização do território brasileiro desde o século XVI e sua presença em solo brasileiro fez parte de um arranjo muito bem elaborado com a Coroa portuguesa, constituindo através do padroado real, um sistema de financiamento estatal das atividades devocionais ou religiosas, em que a Igreja católica tinha a prerrogativa absoluta de criação de sua malha eclesiástica, suas paróquias, dioceses e arcebispados.

Portanto, nas minas do Serro do Frio, na Vila do Príncipe, na paróquia e na comarca serranas de 1702 até 1889 – e posteriormente como resquícios das sociabilidades e seus gestos pedagógicos – o funcionamento constante do sistema do padroado real e da regulação dos privilégios do sistema das mercês ordenaram as relações sociais nos estratos superiores da população com a Coroa portuguesa e com a Igreja. Não por acaso, essa moralização pedagógica das condutas ético-morais dominantes espalhou-se capilarmente nos espaços públicos e privados constitutivos das sociabilidades serranas. Dessa forma, é necessário compreender que os gestos pedagógicos colonial, eclesiástico e imperial condicionaram as sociabilidades da civilização serrana. Com o passar do tempo, começando na segunda metade

do século XVIII⁷ (depois que o ouro parou de ofuscar a instrução pública) e mais fortemente demandada a partir da segunda metade do século XIX (quando o bacharelismo se tornou um preceito das classes médias urbanas), houve certa efervescência popular em torno da constituição do gesto pedagógico escolar. A partir da Vila do Príncipe/Serro as autoridades locais levaram aos governos da capitania/província e da Coroa/Império demanda nova pela instrução pública. As reivindicações ampliaram ainda mais a sua importância quando a antiga Vila do Príncipe foi transformada em cidade, com eleitores qualificados para eleições de vereadores e de deputados provinciais.

Conclusão

A província de Minas Gerais herdou do século XVIII o gesto pedagógico colonial que reverberou durante muitos anos no século XIX. As relações de poder e de autoridade vivenciadas como possibilidades de criação e desenvolvimento de redes de sociabilidades, principalmente com a corrida do ouro e a centralidade dos “homens bons” no comando das capitais das comarcas de Sabará, de Ouro Preto, de São del Rei e do Serro, apresentam características próprias.

A naturalização do trabalho escravo nas minas de ouro e diamantes (extração, comercialização, transporte, alimentação e ranchos), no cotidiano urbano das vilas (trabalhos domésticos, dadeiras de água, amas, pajens, escravos de ganho, etc) e fazendas de produção agropastoril (vaqueiros, lavradores, cozinheiros, serviços domésticos), era comum. Ao escravismo somam-se o sistema das mercês para a distribuição de privilégios da Coroa portuguesa ou do império brasileiro e o sistema do padroado real criando relações sociais em torno das capelas, matrizes e irmandades leitas.

Além do escravismo, do sistema das mercês e do regalismo outro legado colonial apresenta o constante funcionamento como estrutura funcional, que por vezes é invisibilizada nos estudos sobre a demografia. É que as famílias dispostas em lares ou domicílios estruturavam suas relações sociais na vida pública e privada marcadas pelo patriarcado.

O patriarcado como estrutura de organização das sociabilidades da América portuguesa não passou despercebido por Gilberto Freyre em seu livro *Casa grande & senzala*, publicado em 1933. De fato, a oposição patriarcado versus matriarcado aparece na obra como demarcação

⁷ Segundo Briskievicz (2020b, p. 104-105), “o primeiro professor de Gramática Latina foi o padre Dr. Manoel José da Fonseca Brandão, segundo vigário colado da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no período de 1778 a 1797. Ele não era pago pela coroa portuguesa para abrir sua casa para as lições de Gramática Latina. Ele era um professor de aulas particulares. O pagamento dos professores pelos cofres públicos só ocorreu com a nomeação oficial do padre mestre Teodoro Pereira de Queirós (c. 1760-c. 1814), primeiro professor oficial de Gramática Latina remunerado pelo Senado da Câmara por ordem do governo português. Depois dele houve outro professor de Gramática Latina pago pelos cofres públicos, não se tratando de um padre, mas de um professor profissional chamado Francisco de Paula Coelho de Magalhães, que também atuou como procurador do Senado da Câmara nos anos de 1817 a 1819. Ele foi nomeado em 1814 por seis anos, atestado em seu magistério por Dom Frei Cipriano de São José, bispo de Mariana [...]. Contudo, para alfabetizar a população da Vila do Príncipe, somente nos primeiros anos do século XIX foi nomeado como professor de aulas régias pelo Senado da Câmara um alfaiate e tenente serrano, Antônio Gomes Chaves. Todos esses mestres eram homens brancos, descendentes de famílias portuguesas que migraram para a Capitania de Minas Gerais”. Silva (1928, p. 127), ao citar a *Memória do Dr. Couto*, em 1800, afirmou que “a maior parte da população estava nos engenhos embrutecedores, em transporte às suas mercadorias rurais, sem liberdade de comércio, pagando os dízimos e sem mestres mesmo para as primeiras letras”. Mourão (1959, p. 3) confirma a informação: “nos primeiros anos do período imperial, a instrução primária em Minas era muito deficiente”, contando apenas “bem poucas escolas remanescentes do século XVIII, o governo português providenciou a receita regular com que cobrir nas despesas da instrução ainda muito rudimentar na Capitania”.

de lugares sociais bastante definidos, como por exemplo, quando o autor cita a escrava africana forra Jacinta de Siqueira como a matriarca de extensa família radicada nas minas serranas.

No século XIX, essa estrutura patriarcal parecia ainda vigorar. Por isso, a preponderância do pai sobre a mãe é fundamental para compreender os entremeios do patriarcado. A mulher aparece subjugada, em segundo plano, pronta para gerar filhos de “homens bons” e por conta disso merece ser lembrada por ser importante matriarca de ramo familiar mineiro. Apesar de Freyre considerar importante o patriarcado das mulheres na formação da família brasileira, o papel delas é sempre ofuscado por homens intoxicados e ávidos pelos desregramentos sexuais. Assim, o poder e a autoridade emanam dos homens para as mulheres, o poder de fato, pertence de modo preferencial e privilegiado aos homens. Essa marca da colonização brasileira não passa despercebida na estruturação das sociabilidades mineiras e serranas, por extensão.

O patriarcado parece mesmo surgir das sociabilidades serranas como um sistema de dominação histórica, capilarizando de modo microfísico na formação do gesto pedagógico colonial (o poder dos “homens bons”, oficiais do Senado da Câmara), imperial (o poder do imperador, dos governadores/presidentes de províncias, os deputados, os vereadores), eclesiástico (os padres, os bispos, o papa, os cabidos do Rio de Janeiro e Mariana). Mas como foi que as aulas régias, as aulas públicas e particulares e as escolas isoladas permitiram a ascensão da mulher em carreiras do magistério? Esse é um ponto importante de nosso estudo e podemos perceber que tem tudo a ver com a visão feminina do cuidado, ou melhor, daquela que é tida como quem sabe cuidar bem, tomar conta e formar o caráter pelo exemplo e pela instrução daqueles que estão sob seu teto ou tutela.

Chiquinha Leite nasceu num Brasil muito jovem. Era um país recém-criado, que acabara de se tornar livre – talvez nem tanto – do domínio da Coroa portuguesa. A vida dela aconteceu, desde cedo, permeada por sociabilidades antigas e antiquadas, conservadas ou em crise, novas e modernizadas, em trabalho constante das novas gerações, com pautas próprias, com jeitos de ser e de pensar a existência bastante peculiares. Um ambiente de tensionamentos constantes, cuja trajetória de vida aparece sempre emoldurada por valores compartilhados na família entre avós, pais, irmãos, primos, sobrinhos; entre escutar, aprovar ou rejeitar as proposições de valores das instituições sociais como a Igreja e seu padroado, e mais que isso, acatar ou não as regras do patriarcado.

Por isso, Chiquinha Leite nasceu num ambiente de mudanças. Teria sido ela adepta das novidades mostrando-se aberta aos novos tempos de sua geração ou teria sido criada para conservar as estruturas do passado e teria feito suas escolhas pautando valores antigos?

Uma coisa é certa: para ser professora no século XIX, ela teve que aceitar ou rejeitar as heranças coloniais, fosse o padroado, o patriarcado, a escravidão e a precariedade da instrução pública.

Referências

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da tipografia e seus periódicos: história da imprensa serrana das minas do Serro do Frio à cidade do Serro, 1702-2000*. Serro: Tipographia Serrana, 2002.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A modernização pela instrução pública: a educação brasileira de 1841 a 1889, a partir do Serro/MG. *História & Ensino*, Londrina, v.26, n.2, p. 449-475, Jul./Dez. 2020a. DOI: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2020v26n2p449>

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *Comarca do Serro do Frio*. História da educação entre os séculos XVIII ao XX. Curitiba: Appris Editora, 2020b.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.21, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162>

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *Serro: patrimônio do Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2022.

CALVI, Lourdes Margareth; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador. *Revista HISTEDBR*, Campinas: Unicamp-FAE, v.1, n.0, p.1-14, 2003.

CASTANHA, André Paulo. Pedagogia da moralidade: a ordem civilizatória imperial. [2017]. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html. Acesso: 24 maio 2022.

FARIA FILHO et al. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.53-87.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9.ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da educação, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6.ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Editora Autores Associados, 2017.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.